

VISÃO GERAL da Proposta

do OGE 2017
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO



unicef 

Em 2016 publicámos uma série de folhetos que analisam a evolução na alocação de despesas no Orçamento Geral de Estado (OGE) a diferentes sectores. É um exercício importante. Mas olhar apenas para a distribuição da despesa representa uma abordagem limitada de análise orçamental. A despesa disponível depende profundamente da receita. A receita do país depende do contexto macroeconómico e do sistema tributário. É por isso que começamos a série de folhetos sobre o OGE de 2017 com uma análise do quadro macro-fiscal, da receita fiscal e da dívida pública. Também analisamos a alocação da despesa pública aos vários sectores da sociedade, em particular aos sectores sociais mais directamente relacionados com o bem-estar das crianças (que correspondem a mais de metade da população actual de Angola).



© UNICEF/ANGA2016-0156/Wieland

Mensagens chave da análise do OGE de 2017

- » **Devido à dependência excessiva da exportação de petróleo, a economia sofreu um choque profundo** caracterizado por uma desvalorização de 70% da taxa de câmbio oficial da moeda nacional e uma inflação de 42% em 2016 (com uma projecção optimista de 15,8% para 2017). Consequentemente, em termos reais, o valor do PIB estagnou durante os últimos três anos. As repercussões desta situação são sérias, com o valor real da receita e da despesa diminuído através da erosão do poder de compra de bens e serviços.
- » **O OGE de 2017 sofreu uma redução das receitas do petróleo, um aumento das receitas do sector não petrolífero e um endividamento bastante elevado.** O OGE comporta receitas estimadas em Kz 7.390 mil milhões. Quase metade deste valor é de empréstimos internos e externos. Está também previsto que metade da receita corrente será de fontes não petrolíferas, algo que, no passado, contribuiu pouco para o OGE. Por outro lado, o sistema tributário não é justo nem progressivo.
- » **A dívida pública duplicou de USD 30 mil milhões em 2013 para mais de USD 60 mil milhões em 2017. Isto faz com que os gastos com o pagamento da dívida pública sejam maiores,** subindo de 12,4% da despesa em 2014 para 31,6% em 2017. Isto absorve recursos que deveriam servir para financiar o fornecimento de Água, Educação, Saúde e Protecção Social, sectores sociais fundamentais para um desenvolvimento mais equitativo e centrado nos grupos mais vulneráveis da sociedade, em particular as crianças.
- » **Todos os sectores previstos no OGE sofreram com um duplo impacto negativo: aumento dos valores para operações de dívida e as consequências de uma alta inflação.** Enquanto o valor nominal do OGE de 2017 é de Kz 7.390 mil milhões, o valor real (em preços de 2014) é apenas de Kz 4 mil milhões. O sector que menos sofreu neste processo foi o da Defesa, Segurança e Ordem Pública. O sector social foi o segundo menos afectado enquanto que o sector económico foi o mais afectado. A despesa serve principalmente para cobrir os custos com pessoal militar, paramilitar e civil. A despesa de capital foi sujeita a uma grande redução em 2015, levando-a de volta para o nível de 20% de todas as despesas.
- » **A inflação também aumentou dramaticamente nos últimos anos.** No quadro macro-fiscal do OGE de 2017, a inflação de 2016 foi estimada em 38,5% e foi projectada a sua diminuição massiva em 2017 para apenas 15,8%. Através das informações do Banco Nacional de Angola, na realidade a inflação chegou a 42% em 2016. A projecção para 2017, apesar do sucesso admirável na sua redução, foi excessivamente optimista. A inflação reflecte o aumento geral dos preços de bens e serviços que a população consome no dia-a-dia - a elevada inflação é um problema muito grave para a sociedade.
- » **Em Angola, o processo orçamental carece de transparência, eficiência e prestação de contas.** É imperativo que, por exemplo, as Contas Gerais do Estado sejam preparadas com mais celeridade para que estejam à disposição da Assembleia Nacional antes da aprovação do OGE do ano fiscal seguinte.

Evolução do quadro macro-fiscal

O maior desafio para a economia angolana é a elevada dependência do mercado petrolífero internacional. O quadro macro-fiscal (tabela 1) mostra claramente a deterioração dos indicadores macroeconómicos e fiscais, desde 2014, quando começou a queda substancial e prolongada do preço do petróleo (no quadro em valores de dólares americanos (USD) por barril de petróleo exportado). Apesar de uma produção crescente, as receitas caíram e têm causado também uma desvalorização massiva do Kwana e um aumento dramático dos preços medidos na taxa de inflação.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) é o instrumento mais importante para a gestão das finanças públicas, e é essencialmente composto pelos rendimentos e despesas programados. Quando as receitas excedem as despesas é criado um **superavit (excedente) fiscal**; por outro lado, quando as despesas excedem as receitas é criado um **défice fiscal**. O superavit ou défice influencia o valor da dívida pública acumulada. O orçamento é influenciado pelo contexto macroeconómico nacional e internacional e tudo isto tem grande influência no quadro fiscal.

TABELA 1 Quadro macro-fiscal do OGE de 2017 resumido

	2013 (EXE)	2014 (EXE)	2015 (PREL)	2016 (PROJ)	2017 (PROJ)
Inflação (percentagem)	7.7	7.5	14.3	38.5	15.8
Taxa de câmbio oficial (Kz/US\$)	96.6	98.3	120.1	164.0	165.9
Produção de petróleo (mba)	626.3	610.2	628.3	654.6	664.7
Preço do petróleo (US\$/barril)	107.7	96.9	50.0	40.9	46.0
Receitas (Kz mil milhões, excl receita de endividamento)	4 848.6	4 402.6	3 366.7	3 484.6	3 667.8
Despesas (Kz mil milhões)	4 816.3	5 221.3	3 773.7	4 484.5	4 807.7
Equilíbrio fiscal (Kz mil milhões)	32.3	- 818.7	- 407	- 1 000.0	- 1 139.9
Amortização da dívida (Kz mil milhões)	1 297.3	1 509.1	1 108.3	2 006.6	2 197.1
Receita endividamento (Kz mil milhões)	1 672.6	2 587.0	1 957.2	3 473.6	3 224.6
Produto interno bruto (Kz mil milhões)	12 056.3	12 462.3	12 320.8	16 879.6	19 746.1
<i>Petrolífero</i>	4 817.8	4 304.3	2 884.4	3 659.2	3 753.4
<i>Não petrolífero</i>	7 238.5	8 158.0	9 436.4	13 220.4	15 992.8
Stock da dívida (US\$ mil milhões)	30.6	41.6	48.6	56.6	62.8
Stock da dívida (percentagem do PIB)	24.5	32.8	47.4	61.9	52.7

Os valores das taxas de câmbio de 2016 e 2017 são omitidas do quadro macro-fiscal oficial e a fonte usada aqui é a das taxas de câmbio médias do mercado primário publicado mensalmente pelo BNA.

A taxa de câmbio oficial aumentou de Kz/USD 96,6 em 2013 (depois de anos de relativa estabilidade a este nível) para Kz/USD 164 em 2016.¹ Isto representa uma desvalorização de 70% da moeda nacional. Esta situação deve-se essencialmente à alta dependência de importações de bens e serviços pagos em divisas. Com a queda do preço do principal produto de exportação, o petróleo, entram menos divisas para o sistema monetário angolano. O Banco Nacional de Angola (BNA) tem menos divisas para vender aos bancos que respondem à demanda dos seus clientes (empresas e indivíduos que precisam de divisas para pagar as importações). A demanda excede a oferta e o preço da moeda estrangeira começa a subir.² O BNA quer gerir a situação e não permite que o câmbio flutue livremente porque isto significaria uma taxa de câmbio oficial muito mais elevada. Desta maneira, o câmbio oficial mantém-se estável. Infelizmente, não significa

que a demanda de divisas desapareça, mas que a troca de moeda passa a ser feita no mercado paralelo com taxas de câmbio exorbitantes.

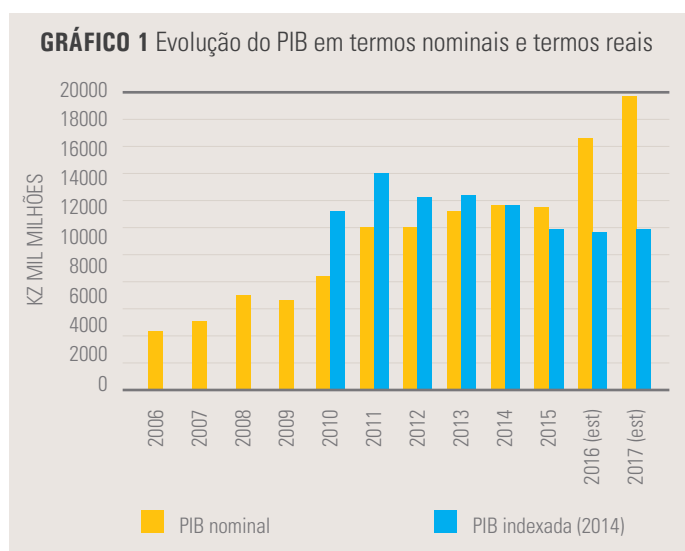
A inflação também aumentou dramaticamente nos últimos anos. No quadro macro-fiscal do OGE de 2017, a inflação de 2016 foi estimada em 38,5% e foi projectada a sua diminuição massiva em 2017 para apenas 15,8%. De novo segundo o BNA, sabemos que na realidade a inflação chegou a 42% em 2016 e que a projecção para 2017, apesar do sucesso admirável na sua redução, foi excessivamente optimista. Como a inflação reflecte o aumento dos preços de bens e serviços que a população consome no dia-a-dia, a elevada inflação é um problema muito grave para a sociedade.

TABELA 2 Índice de inflação (ano de base 2010 e 2014)³

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Índice (ano de base 2010)	0,746	0,860	1,000	1,114	1,214	1,308	1,406	1,607	2,226	2,577
Índice (ano de base 2014)	0,471	0,542	0,630	0,744	0,840	0,923	1,000	1,143	1,583	1,833

O impacto da inflação torna-se extremo quando se compara mais de um ano. O impacto ao longo dos anos pode ser medido utilizando um índice da inflação através do qual preços 'correntes' ou 'nominais' podem ser convertidos em preços 'constantes' ou 'reais'. A tabela acima ilustra o índice de inflação em Angola com base em preços de 2010 e 2014. **O índice com ano de base 2014 é aplicado a todos os cálculos apresentados neste folheto e noutros folhetos de análise sectorial do OGE de 2017.**

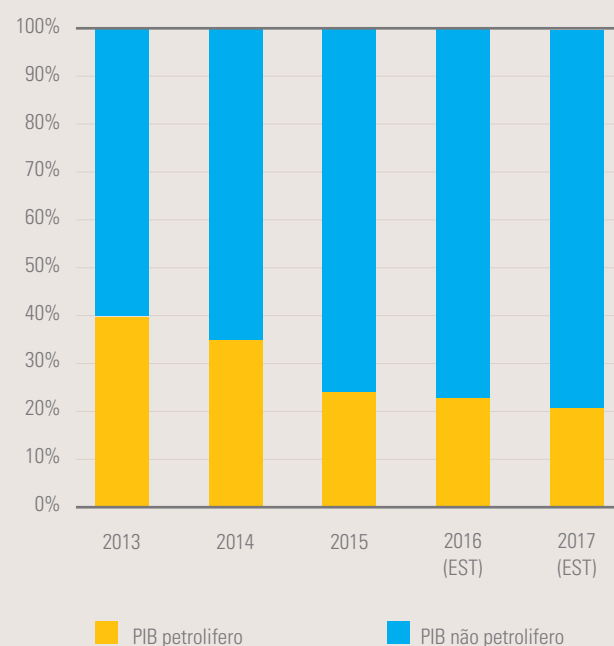
A inflação também afecta o Produto Interno Bruto (PIB). Nota-se que em termos nominais espera-se que volte a crescer em 2016 e 2017 depois de ter estagnado entre 2013 e 2015. Em termos reais, porém, o quadro é diferente. Corrigido da inflação, usando o índice de 2014 como ano de base, fica claro que o PIB estagnou entre 2015 e 2017.



Outra mudança significativa que se vê no quadro macro-fiscal é a composição do PIB, que passa de uma componente muito elevada proveniente do petróleo (40%), em 2013, a uma proporção muito mais baixa (20%) em 2017. Isto é influenciado principalmente pela contracção no sector petrolífero, mas pode mudar se os preços do petróleo voltarem a subir. Também depende da evolução real dos sectores não petrolíferos, como a agricultura, por exemplo. Caso não alcance as expectativas optimistas em termos de crescimento, o PIB (nominal e real) fica reduzido e o peso relativo do sector petrolífero aumenta.

O importante é que a elaboração do quadro macro-fiscal seja realista. As implicações de longo prazo de não ser realista nas projecções são muito negativas, complicam a execução do OGE (levando à necessidade de se preparar OGEs revistos) e reduzem a eficiência das despesas.

GRÁFICO 2 Evolução da composição do PIB



Um exemplo das consequências da inflação

Uma inflação de 38,5% significa que os mesmos produtos comprados em 2015 por Kz 10.000 custariam Kz 13.500 em 2016. Isto também tem um impacto significativo nas finanças públicas porque baixa dramaticamente o poder de compra dos valores orçamentados.

Imagine por exemplo que o valor de uma vacina aumente de Kz 1,000 a Kz 1,385 (38.5%) e que o orçamento para vacinas continua igual a Kz 1000 milhões. No ano anterior comprava-se um milhão de vacinas mas no ano seguinte, com o preço aumentado, apenas se compra 722.022 vacinas.

Isto significa que em cada 10 crianças que foram vacinadas no ano anterior apenas 7 seriam vacinadas no ano seguinte.

Evolução da receita fiscal

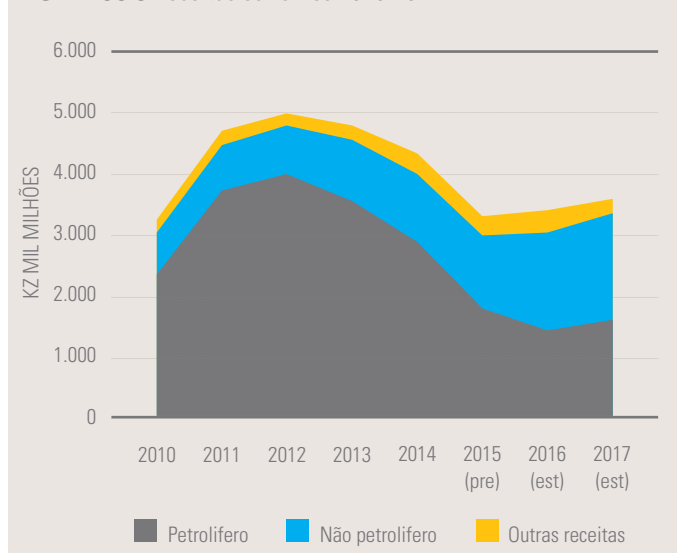
Ao longo dos 15 anos pós-guerra, Angola beneficiou de receitas fiscais extraordinárias. Na década de 2005 a 2014 o Estado arrecadou mais de USD 260 mil milhões, maioritariamente provenientes do sector petrolífero. Isto foi possível devido à combinação de dois factores: um aumento significativo na produção e, mais importante ainda, um *boom* no preço do petróleo nos mercados internacionais. A crise de 2008-2010 foi apenas uma breve interrupção.

O pico da bonança chegou em 2012, ano em que foram arrecadados Kz 4,103 mil milhões em receitas petrolíferas (81%) e mais Kz 951 mil milhões em receitas não petrolíferas (19%). Depois começaram a diminuir as receitas chegando, em 2015, a dois terços do valor de 2012. Estima-se que as receitas baixaram ainda mais em 2016.⁴

O Executivo prevê que, em termos nominais, as receitas aumentaram em 2016 e que aumentarão ainda mais em 2017. Isto deve-se a um aumento significativo na previsão da receita não petrolífera que, em 2017, deveria contribuir quase com a metade de todas as receitas fiscais (47%). É possível que o Executivo consiga alcançar estes objectivos optimistas mas depende, muito provavelmente, de um reforço da reforma tributária e da Administração Geral Tributária (AGT). O esforço fiscal em termos de receita fiscal não-petrolífera de Angola foi de 10,2% do PIB em 2014, o que é muito baixo comparado com países semelhantes em termos de nível de PIB por habitante.⁵

A evolução da receita petrolífera entre 2005 e 2017 mostra que esta é muito volátil. Entre 2005 e 2008 subiu mas em 2009 a crise financeira e económica internacional resultou num colapso da receita petrolífera. Contudo, os preços recuperaram rapidamente e mantiveram-se altos entre 2011 e o último trimestre de 2014, altura em que começou um período prolongado de preços muito mais baixos. O gráfico 4 mostra

GRÁFICO 3 Receitas correntes 2010-2017



as receitas em moeda nacional, em termos nominais, em termos reais (com 2010 como ano de base) e em dólares americanos.⁶ Notam-se os efeitos da inflação (a diferença entre as colunas amarelas e roxas) e os efeitos da desvalorização do Kwanza (diferença entre as colunas amarelas e linhas cinzentas). Fica claro que Angola enfrenta um desafio duplo. As receitas e o seu valor estão em queda simultânea.

O OGE de 2017 comporta receitas estimadas em Kz 7.390 mil milhões incluindo receitas correntes e receitas de endividamento. 46% da receita deveria ser recolhida através de vários tipos de impostos. Um montante quase igual deveria ser financiado através de empréstimos. As contribuições sociais e outras pequenas receitas combinadas chegam a 3%. Os restantes 7% vêm das 'reservas do tesouro', uma fonte muito maior em 2017 em comparação com outros anos. O tema dos empréstimos e da dívida pública será tratado na última secção desta análise.

GRÁFICO 4 Evolução da receita petrolífera 2005-2017

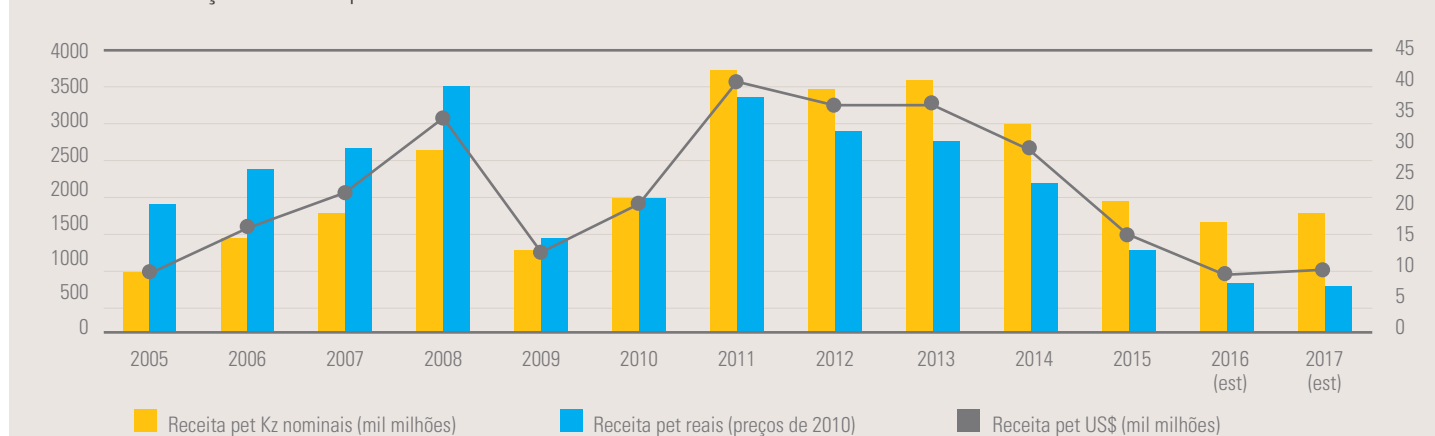
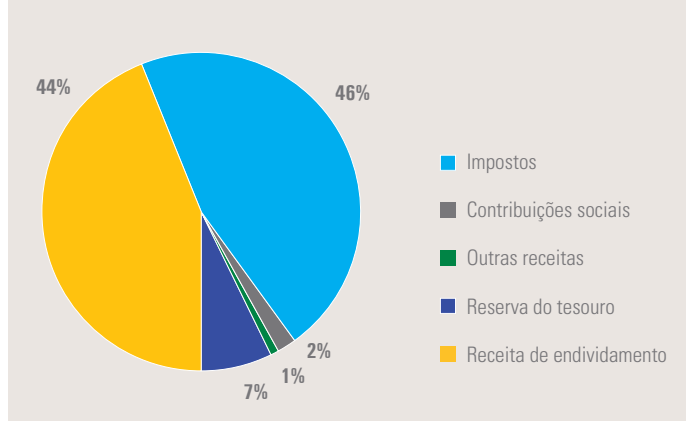


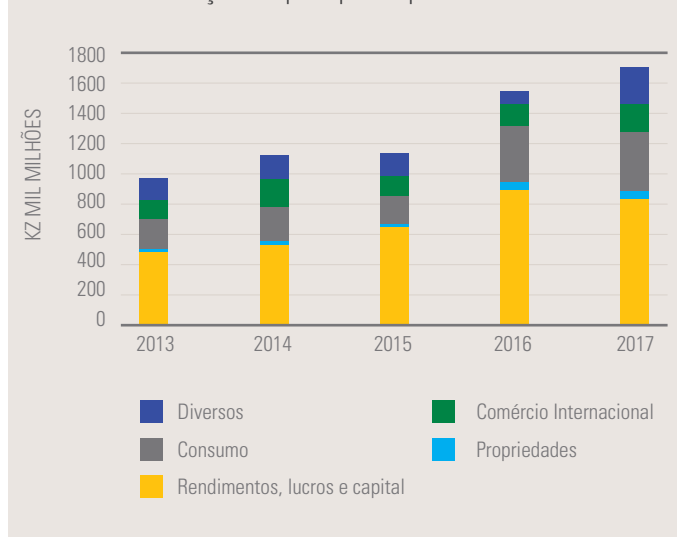
GRÁFICO 5 Fontes de receitas 2017



A evolução dos principais impostos desde 2010 mostra que mais da metade vem de impostos sobre rendimentos, lucros e capital. Os impostos sobre rendimentos são divididos entre indivíduos (23%) e companhias (77%) e o imposto de capital quase não contribui com nada. O imposto de propriedade contribui pouco e o consumo dá também uma contribuição limitada, apesar de estar previsto o seu crescimento significativo em 2016 e 2017.

Dada a dependência da economia angolana e o quadro macroeconómico favorável para países exportadores na última década, não foi feita até hoje uma discussão ampla que envolvesse todos os actores sociais sobre como o sistema tributário deveria ser estruturado em Angola. Com a nova situação, caracterizada por uma redução substancial da receita do petróleo, Angola precisa de ponderar como diversificar não só a economia mas também a arrecadação de receitas, em simultâneo com uma análise da priorização das receitas para os sectores so-

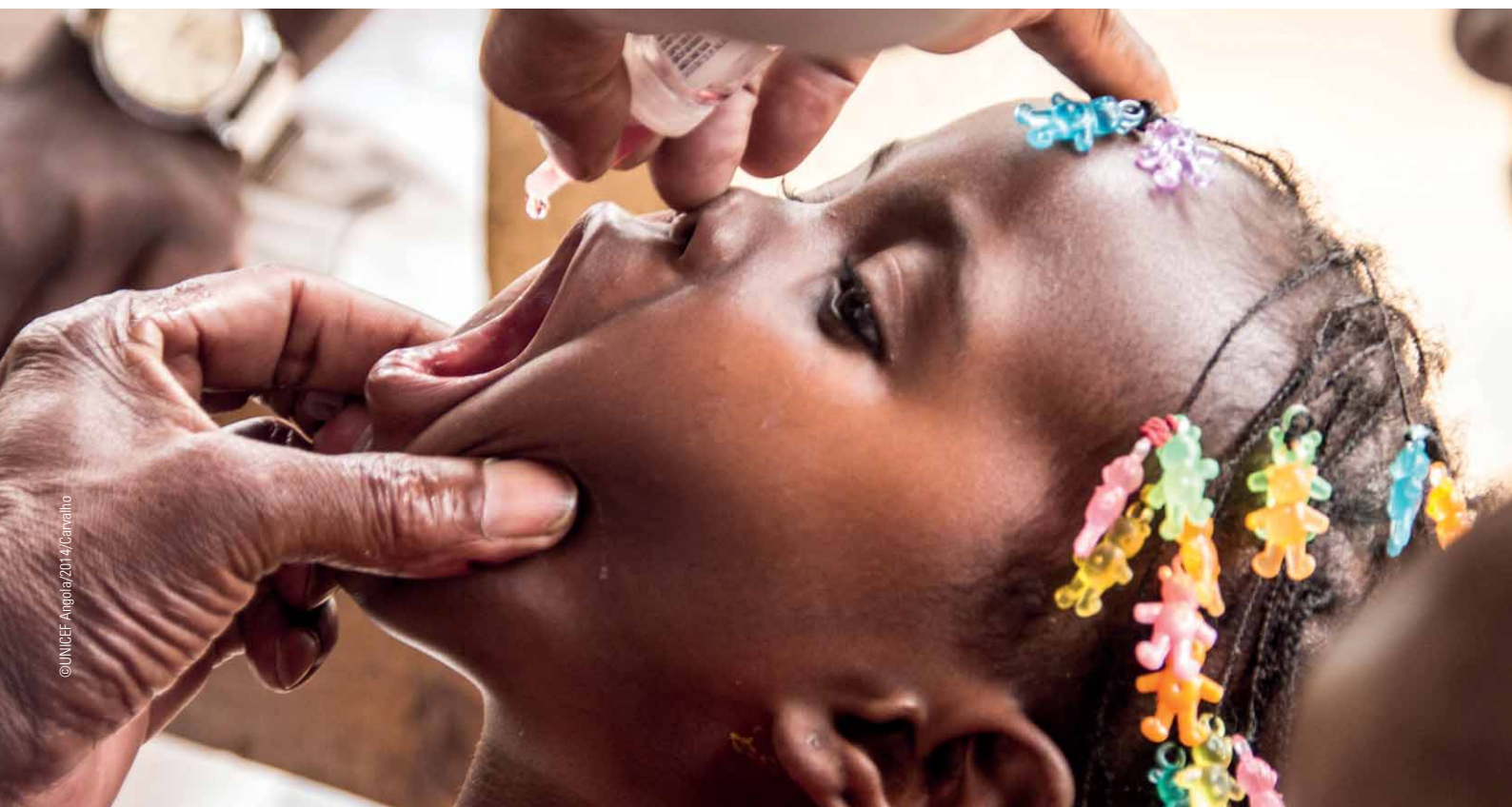
GRÁFICO 6 Evolução dos principais impostos



ciais mais importantes para um desenvolvimento equitativo, centrado no futuro do país, ou seja, nas crianças e na juventude angolanas. Importa fazer isto de forma justa e socialmente progressiva. Seria necessário fazer-se uma análise mais detalhada sobre a estruturação do sistema tributário e da recolha das receitas não petrolíferas, mas há indicações de que o sistema em vigor não seja justo nem progressivo. Seria possível, por exemplo, recolher mais impostos sobre propriedades, rendimentos de capitais individuais e aumentar as taxas de imposto sobre os níveis de rendimento mais elevados.

Dívida pública

Uma das maiores preocupações do actual contexto fiscal é o rápido aumento da dívida pública, resultado do défice fiscal e da necessidade crescente de se fazer mais empréstimos para financiar a sua amortização.





©UNICEF Angola/2016/Carvalho

O gráfico 7 mostra que a partir de 2014, depois de um pequeno *superavit* (excedente) fiscal em 2013, o resultado do OGE começou a entrar em défice. O défice não chegou a níveis tão altos devido a uma contracção da despesa muito forte em 2015, mas está projectado um défice substancial para 2016 e 2017.

Ao mesmo tempo, a dívida já contraída no passado está sujeita a pagamentos periódicos para liquidação dos empréstimos. A linha amarela no gráfico 8 mostra a evolução dos montantes orçamentados para pagar as amortizações da dívida e a linha cinzenta o financiamento orçamentado para as despesas do OGE não cobertas pela receita corrente. O diferencial entre o amarelo e o cinzento indica o endividamento líquido que resulta num aumento do *stock* da dívida e, como resultado, no aumento dos juros a serem pagos anualmente. As colunas no gráfico 8 indicam o rápido crescimento das despesas que o Executivo precisa de alocar para o serviço da dívida a cada ano. O impacto principal desta situação é que os fundos disponíveis para outras actividades como, por exemplo, para o sector económico ou o sector social são drasticamente reduzidos, colocando novamente em questão a sustentabilidade de políticas e programas socioeconómicos fundamentais para um desenvolvimento mais equitativo e centrado na população mais vulnerável, em particular as crianças e os jovens.

Um aspecto preocupante da situação actual é o facto de a componente de endividamento externo estar a crescer. É problemático porque a dívida externa é sempre paga em divisas e, com a desvalorização do Kwanza, servir a dívida torna-se ainda mais caro. Se a amortização de um empréstimo em 2016, por exemplo, é de USD 2 milhões, o custo será de Kz 331.8 mil milhões com o câmbio de Kz/USD 165,9. Se a taxa de câmbio aumentasse para Kz/USD 185,9 em 2018 e a amortização este ano fosse equivalente a USD 2 milhões, o custo para servir a dívida aumentaria 12%, para Kz 371.8 mil milhões.

GRÁFICO 7 Equilíbrio fiscal

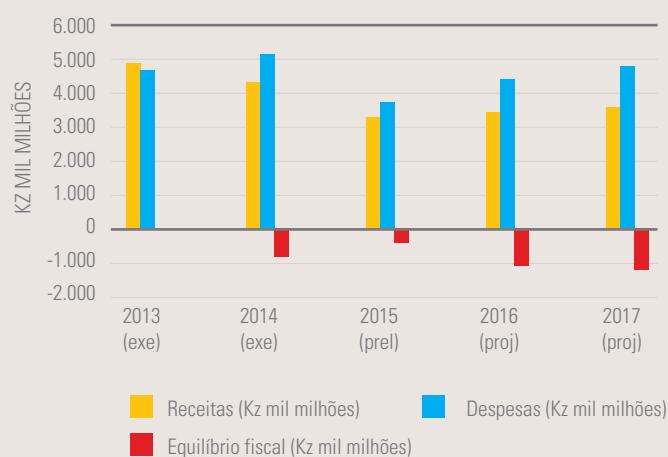


GRÁFICO 8 Endividamento líquido e juros

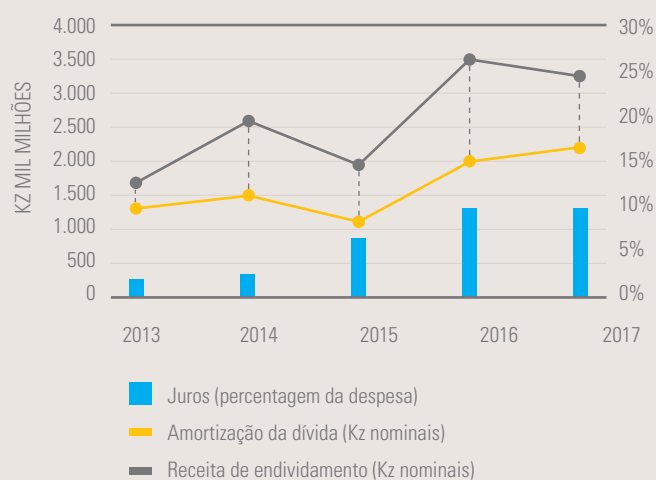
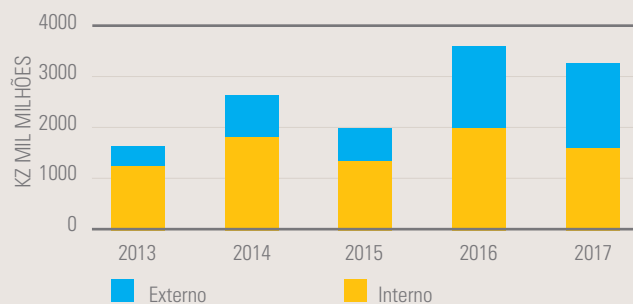


GRÁFICO 9 Composição da receita de endividamento



O resultado desta situação é um aumento não sustentável do *stock* da dívida durante os últimos anos, que duplicou de USD 30 para mais de USD 60 mil milhões em apenas quatro anos. O governo prevê que o *stock* da dívida, em termos de percentagem do PIB, esteja a diminuir depois de chegar a um pico de 60% do PIB em 2016. Parece muito optimista projectar uma redução da dívida de 2016 a 2017 em termos da percentagem do PIB. A redução depende muito do comportamento do preço do petróleo e do sucesso de outros sectores. Além disso, os números oficiais do *stock* da dívida excluem a dívida da Sonangol e de outras empresas estatais. Isto cria um risco fiscal muito grande porque não há transparência sobre o real nível da dívida do Estado.

Nos anos pós-guerra, o foco do sistema fiscal estava na execução da despesa sem realização dos riscos fiscais de longo prazo e sem uma planificação para a mitigação do impacto potencial desses riscos.

Evolução da despesa fiscal

Ao longo dos anos pós-guerra o nível da despesa aumentou substancialmente mas em igual medida ao valor da receita fiscal. O valor real da despesa é muito afectado pelo elevado nível de inflação. O gráfico 11 mostra que, olhando para a despesa nominal, o valor total das despesas no OGE aumentou depois de 2015, mas que na realidade diminuiu significativamente devido ao impacto da inflação. Em termos reais, o valor das despesas de 2017 foi de Kz 4 triliões em preços de 2014 comparado com o valor nominal de 7.4 triliões. O que isto significa é que o que se podia comprar com Kz 4.000 em 2014 custa Kz 7.400 em 2017. Isto representa um desafio muito grande para as autoridades porque afecta directamente o volume de serviços, bens e infra-estruturas públicas que podem ser financiadas através do OGE. De novo, se se considerar que para sectores sociais-chave verifica-se um elevado nível de bens importados, por exemplo, vacinas no sector da saúde ou insumos agrícolas no sector agropecuário, o impacto da inflação na despesa pública implica que a real capacidade do Estado para dar resposta às necessidades das famílias mais vulneráveis foi consideravelmente afectada.

O gráfico 12 serve para ilustrar o mesmo impacto por sector, em 2017. Todos os sectores sofrem com esta situação - redução quase pela metade do valor real das alocações financeiras comparadas com o nível de preços em 2014.

Olhando para o valor das verbas disponíveis para distribuição entre os diferentes sectores, há um desenvolvimento que chama a atenção. Trata-se do aumento da proporção da despesa que vai para honrar os juros e amortizações da dívida pública nos últimos anos. O au-

GRÁFICO 10 *Stock* da dívida externa

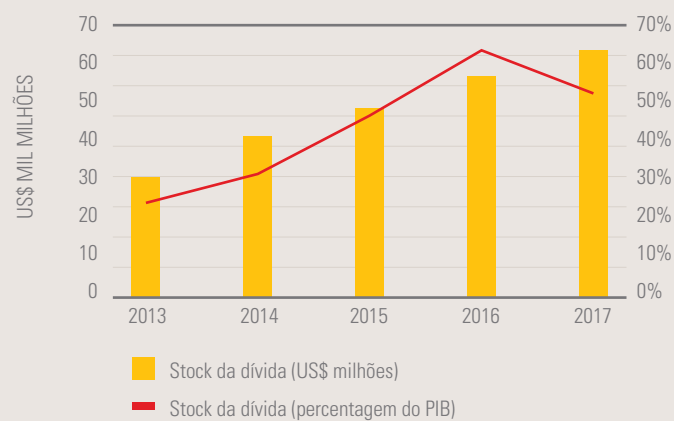


GRÁFICO 11 Evolução das despesas

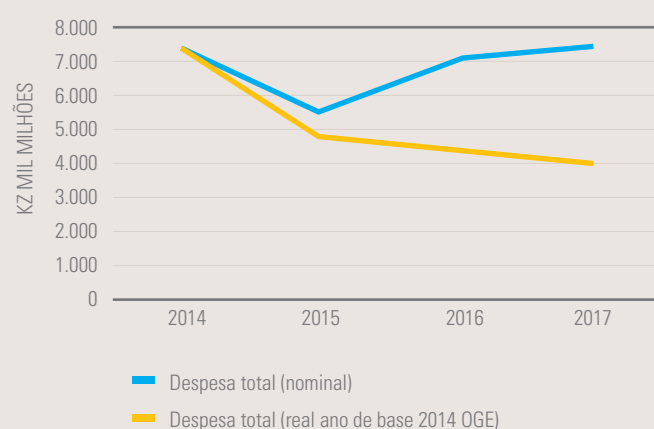
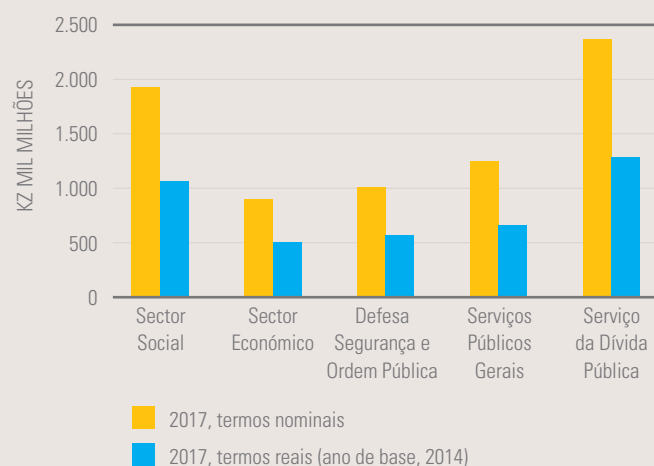


GRÁFICO 12 Impacto da inflação por sector



mento deste tipo de despesa, de 12,4% em 2014 para 31,6% em 2017, significa claramente menos recursos disponíveis para os outros sectores. O sector que menos sofreu neste processo foi a Defesa, Segurança e Ordem Pública que, entre 2014 e 2017, teve a sua fatia do bolo reduzida de 16,5% a 13,7%. O sector social foi o segundo menos afectado com uma redução de 30%

em 2014 a 26% em 2017. Os serviços públicos gerais e o sector económico foram os sectores com as maiores reduções no orçamento. O orçamento para o sector económico baixou de 20% a 12% da alocação sectorial. Um desenvolvimento preocupante numa altura em que há necessidade de se investir na diversificação da economia, tendo em consideração a necessidade de criar oportunidades de desenvolvimento económico equitativo, com uma perspectiva de futuro, centradas sobretudo no bem-estar das crianças e da juventude angolanas.

Num nível de agregação mais detalhada, a distribuição da alocação para o sector social revela as prioridades orçamentais deste sector. Como ilustrado no gráfico 14, o subsector de prioridade máxima é a Protecção Social, que recebe 38% de todos os fundos destinados ao sector social. A Educação recebe a segunda maior alocação, com 26%. Em terceiro lugar, com 18%, vem a Habitação e Serviços Comunitários; em quarto vem a Saúde com 16% e a seguir os dois subsectores de Recreação, Cultura e Religião e Protecção Ambiental; ambos com cerca de 1%.

Esta distribuição tem sido geralmente estável ao longo dos últimos 4 anos, com duas subtendências notáveis. A primeira é uma redução nas despesas para Habitação e Serviços Comunitários, acção que cria espaço fiscal para um ligeiro aumento nos outros subsectores principais como a Educação e a Protecção Social. A segunda tendência é que os subsectores com menor investimento foram ainda mais reduzidos durante a crise.

GRÁFICO 13 Distribuição sectorial

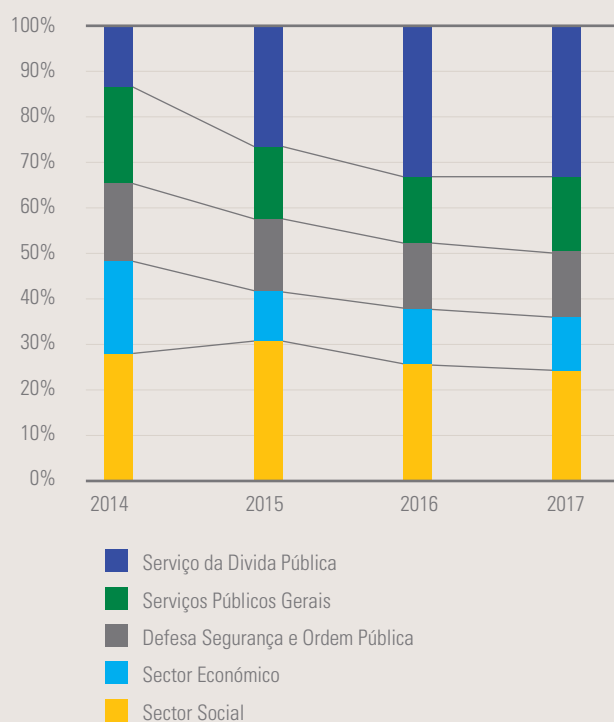
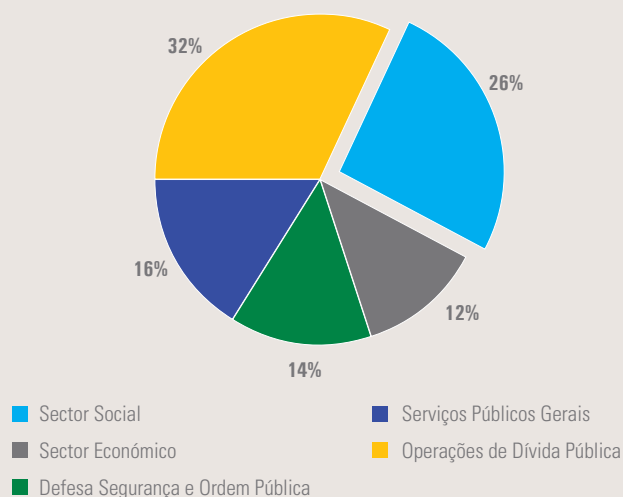


GRÁFICO 14 Distribuição por sector



Distribuição por sector social

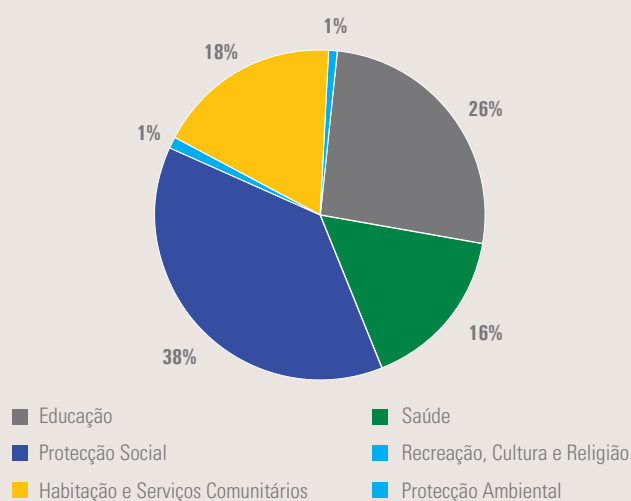
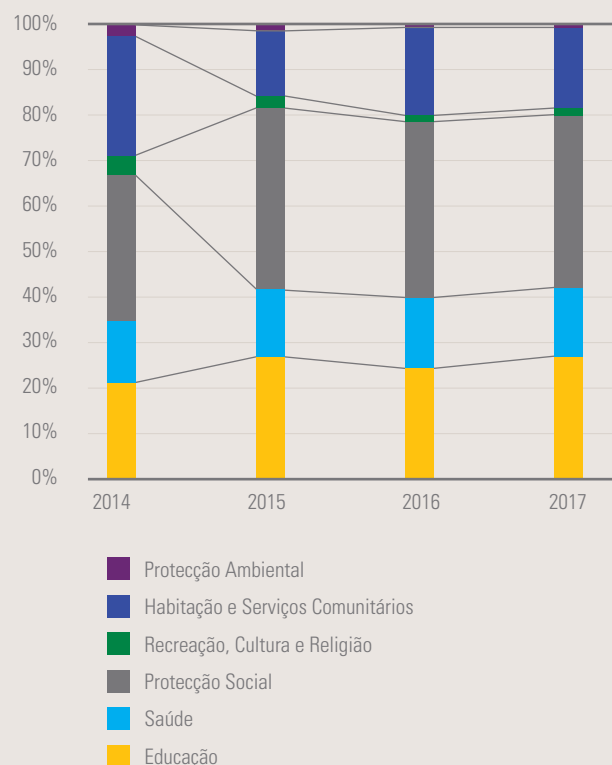


GRÁFICO 15 Evolução na distribuição do sector social



Além da distribuição por função no OGE, que também é analisada em detalhe nos outros folhetos, interessa também a distribuição por natureza económica. Esta classificação trata principalmente da divisão em despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes incluem remuneração de empregados, bens e serviços, subsídios e juros. São despesas que precisam de ser pagas repetidamente (de forma corrente). As despesas de capital incluem principalmente investimentos em infra-estruturas físicas como por exemplo estradas, edifícios, sistemas de canalização, equipamentos, ferramentas, utensílios, ou seja, aquisição de activos permanentes que são pagos uma só vez. Infra-estruturas, em geral relevantes e fundamentais para um maior acesso aos serviços públicos, em particular os sociais, para a população mais vulnerável. Uma regra geral para países com recursos naturais é que os rendimentos da sua extracção devem ser reinvestidos na criação de infra-estruturas ou redução da dívida externa.

O uso de receitas da extracção de recursos naturais para despesas correntes não é sustentável a longo prazo porque os recursos naturais não são renováveis e a uma dada altura esgotam-se. A tendência do Executivo tem sido gastar receitas provenientes do sector petrolífero para cobrir despesas correntes e manter um défice fiscal geral não-petrolífero e corrente (também chamado saldo primário não-petrolífero e saldo corrente não-petrolífero) substancial. A boa notícia é que, com a redução da receita petrolífera, o défice fiscal não petrolífero diminuiu de um pico de 55,5% em 2012 a 22,5%, em 2015, com uma previsão de 15,8% em 2017.

Em termos da distribuição de despesas correntes a tendência, no período 2010 a 2017, passa por um aumento da despesa de capital de 20% a 30% até o forte impacto da crise em 2015. A crise foi parcialmente enfrentada com uma grande redução das despesas de capital, levando as despesas correntes a atingirem os 80% das despesas. O Executivo não publicou no OGE de 2017 o saldo corrente não-petrolífero mas provavelmente está aproximadamente 10 pontos percentuais acima do saldo primário não-petrolífero, o que ainda representa uma melhoria.

Em 2017, a despesa corrente é destinada principalmente aos custos com pessoal (41%) de acordo com a seguinte repartição: 9% para pessoal militar, 10% para pessoal paramilitar e um pouco mais da metade para pessoal civil. Outras despesas correntes cobrem bens e serviços, transferências (principalmente subsídios) e juros.

GRÁFICO 16 Distribuição da despesa corrente

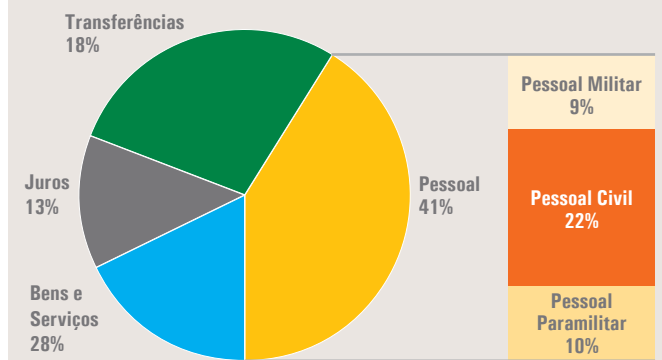
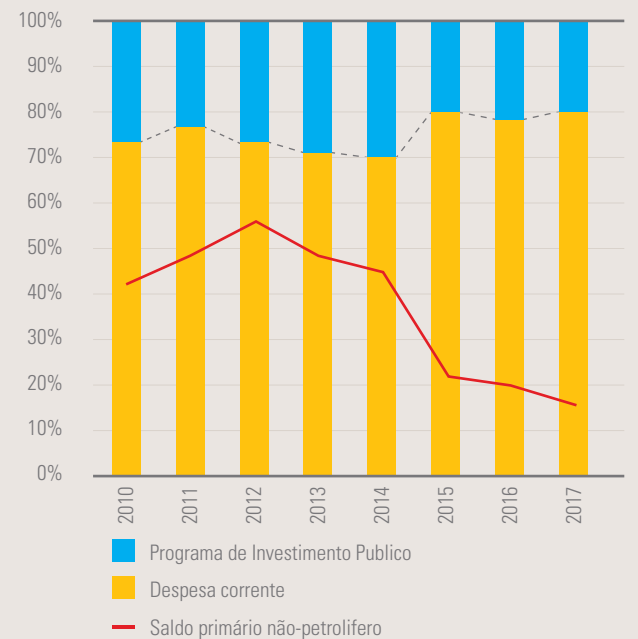


GRÁFICO 17 Despesa corrente vs capital e a défice fiscal não-petrolífero



NOTAS DE RODAPÉ

- Curiosamente, o quadro macro-fiscal do Executivo omite a taxa de câmbio projectada, apesar da sua importância no cálculo de outros indicadores económicos e fiscais. Mas o BNA publica a taxa de câmbio real mensalmente no seu site e sabemos que, desde Abril de 2016, a taxa de câmbio oficial foi fixada em 166 Kz/USD.
- A situação pode ser agravada pelo medo das pessoas com poupanças em Kwanzas que se vão desvalorizando, e que desejam trocá-las para uma moeda segura.
- No cálculo do índice usamos as previsões da inflação para 2016 e 2017 dos documentos orçamentais e não os valores actuais publicados pelo BNA. Isto resulta numa diferença ligeiramente menor entre os valores nominais e reais apresentados nos folhetos.
- As fontes usadas aqui são as Contas Gerais do Estado disponíveis (2010-2014) e os Relatórios de Fundamentação para os outros anos, à data, ainda não foram fechados do ponto de vista da contabilidade do Estado (2015-2017). Uma outra fonte oficial, a publicação mensal de receitas petrolíferas, publicada no site do Ministério das Finanças, indica que as receitas petrolíferas foram ainda mais baixas em 2015 e 2016. Mas por questões de consistência usamos aqui o OGE como referência.
- Banco Mundial (2017): Avaliação da Despesa Pública em Saúde e em Educação em Angola (PER), p. 9.
- As fontes usadas para este gráfico são os relatórios de fundamentação de 2007-2017 para obter maior consistência nos números (só estão disponível Contas Gerais do Estado dos anos 2010-2015).



